

A URBANIZAÇÃO NEOLIBERAL EM TERRITÓRIOS AMEAÇADOS NO ÂMBITO DO EMBATE ENTRE DIFERENTES RACIONALIDADES DE PRODUÇÃO DE AMBIENTES URBANOS

Claudio Jorge Moura de Castilho¹
Diana Carolina Gómez Bautista²
Milena Barros Gomes³

Resumo

Em Recife, os territórios vividos resistem contra a especulação imobiliária cujos interesses fizeram parte preponderante da formação da cidade. O objetivo deste artigo é destacar a ameaça dos imperativos da urbanização neoliberal em territórios vividos no contexto de embates entre diferentes racionalidades referentes ao processo de construção de ambientes urbanos. O que se justifica pela necessidade de contribuir para o reforço da luta social pelo direito à cidade. Partindo da experiência de resistência do território Coque, identificou-se o retorno célere da postura urbanística higienista em Recife, contribuindo para a discussão sobre o atual processo de urbanização capitalista que tem ameaçado territórios historicamente conquistados pelas populações pobres. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se da abordagem relacional mediante a qual a interdisciplinaridade é considerada como caminho fundamental à apreensão e explicação da complexidade do processo de urbanização capitalista. Finalmente, como considerações finais, destacou-se a força da urbanização higienista gentrificadora no âmbito dos embates entre os interesses especulativos e os da realização plena da vida humana na cidade. Se por um lado, a Prefeitura do Recife, em razão das pressões sociais dos moradores, concedeu o status de Zeis ao seu território; por outro, este espaço foi, progressivamente, perdendo áreas para instituições vinculadas aos interesses especuladores.

Palavras-chave: Territórios vividos. Mercado imobiliário. Coque.

THE NEOLIBERAL URBANIZATION IN TERRITORIES THREATENED IN THE CONTEXT OF EMBATING BETWEEN DIFFERENT RATIONALITIES OF URBAN ENVIRONMENT PRODUCTION

Abstract

In Recife, lived territories resist against the real estate speculation whose interests has been taken part into city's formation. The objective of this article is to highlight the threat suffered by lived territories due to the neoliberal urbanization imperatives' in the context of clashes between different rationalities referring to the process of urban environment construction. This goal is justified mainly

Recebimento: 31/10/2017 • Aceite: 20/10/2018

¹ Doutorado em Geografia Ordenamento Territorial Urbanismo pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1999) e Pós-doutorado na Università Ca' Foscari di Venezia (2011). Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil. E-mail: cjmc@ufpe.br

² Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela PRODEMA - Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil. E-mail: dianacaro.gomez@gmail.com

³ Mestranda em Desenvolvimento e Meio ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil. E-mail: milenabarros@gmail.com

by the need to contribute to the strengthening the social struggle for the right to the city. Starting from the resistance of the Coque territory experience, we identified the rapid return of the hygienist urbanistic posture in Recife, contributing to the discussion about the current process of capitalist urbanization that has threatened territories historically conquered by the poor populations. As methodological procedures, it was used the relational approach whereby interdisciplinarity is considered as a fundamental path to the apprehension and explanation the complexity of the process of capitalist urbanization. Finally, as final considerations, we highlighted the strength of gentrifying hygienist urbanization in the context of conflicts between speculative interests and the full realization of human life in the city. If on the one hand, the Municipality of Recife, due to the social pressures of the residents, granted the status of Zeis to its territory; on the other, this space has gradually lost areas for institutions linked to speculative interests.

Keywords: Lived Territories. Real Estate Speculation. Coque.

Introdução

Em Recife, os territórios vividos – espaços dotados de significados para os homens e as mulheres que neles vivem – historicamente construídos pelos seus moradores, resistem contra a especulação imobiliária cujos interesses fizeram parte preponderante da formação da cidade. Nos nossos dias, esses espaços acham-se ameaçados pelos imperativos dos interesses especulativos representados concretamente, na cidade, pelo Complexo Fundiário Imobiliário Comercial Financeiro (CFICF).

O objetivo deste artigo é, portanto, destacar a ameaça dos imperativos da urbanização neoliberal no território vivido Coque, no contexto de embates entre diferentes racionalidades referentes ao processo atual de construção de ambientes urbanos. A contribuição dessa reflexão no campo do conhecimento é de suma relevância para o entendimento da natureza dos mecanismos que ameaçam a permanência dos referidos territórios na cidade, sem os quais os seus moradores não conseguirão concretizar o seu tão almejado direito à cidade.

Parte-se do pressuposto de que a teoria social crítica sobre o processo de urbanização no mundo moderno tem demonstrado que, no contexto do sistema capitalista de produção, o espaço urbano tem sido produzido (HARVEY, 2004, 2005, 2010; LEFEBVRE, 1999a, 1999b), predominantemente, para garantir os interesses, articulados em torno do CFICF, os quais são fundamentais para a acumulação de capital, sobretudo no contexto da atual expansão do neoliberalismo.

The production of space in general and of urbanisation in particular has become big business under capitalism. It is one of the key ways in which the capital surplus is absorbed. [...] The connections between urbanisation, capital accumulation and crisis formation deserve careful scrutiny. (HARVEY, 2010, p.166)

A conexão supracitada refere-se, notadamente, ao processo de expansão territorial inerente à lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista, hoje com tendência neoliberal, a qual tem acontecido, muitas vezes, em detrimento dos interesses das classes subalternas e oprimidas, isto é, daquelas classes sociais que vivem do trabalho sob os moldes da exploração perversa ainda próxima dos parâmetros da escravidão.

Sabe-se que, durante a história do processo de urbanização em Recife – cidade que nunca deixou de manter, em sua paisagem, as características perversas inerentes à formação territorial do capitalismo no Brasil – os interesses da acumulação de capital quase sempre conseguiram sobrepor-se àqueles da realização plena da vida humana (CASTILHO, 2011), buscando produzir seus territórios em detrimento daqueles produzidos pelas classes sociais subalternas e oprimidas. Esclarece-se que se considera o território como espaço resultante:

[...] d'une action conduite par un acteur syntagmatique (acteur réalisant un programme) à quelque niveau que ce soit. En s'appropriant concrètement ou abstraitement (par exemple, par la représentation) un espace, l'acteur 'territorialise' l'espace. [...] Le territoire, dans cette perspective, est un espace dans lequel on a projeté du travail, soit de l'énergie et de l'information, et qui, par conséquent, révèle des relations toutes marquées par le pouvoir. L'espace est la 'prison originelle', le territoire est la prison que les hommes se donnent. (RAFFESTIN, 1980, p.129)

Como “prisão criada pelos homens”, o território é o espaço onde o trabalho se projeta, é vida. Portanto, quando se retira o território das pessoas que os produziram, os homens e as mulheres também perdem suas formas de existência, problema que se agrava quando não se lhes oferecem alternativas concretas de vida digna na cidade.

Nos nossos dias, esses territórios estão sendo ameaçados explicitamente pelos interesses capitalistas os quais, sempre, desejam, pela sua própria natureza, expandir-se progressivamente no espaço geográfico; mesmo que tenham que atingir, também, as áreas dos territórios das classes subalternas e oprimidas, desconsiderando suas territorialidades. Procedendo de uma “problemática relacional”, a territorialidade inscreve-se

[...] dans le cadre de la production, de l'échange et de la consommation des choses. [...] C'est toujours un rapport, même s'il est différencié, avec les autres acteurs. Toute production du système territorial détermine ou conditionne une consommation de celui-ci. [...] La territorialité se manifeste à toutes les échelles spatiales et sociales, elle est consubstantielle de tous les rapports et on pourrait dire qu'elle est en quelque sorte la 'face vécue' de la 'face agie' du pouvoir. (RAFFESTIN, 1980, p. 146)

No atual contexto de agravamento das ações de separação, ruptura e afastamento dos indivíduos com relação aos seus territórios vividos, diversas territorialidades vêm sendo ameaçadas no âmbito de fortes embates entre os interesses sociais vinculados ao processo permanente de produção capitalista do espaço. Isso acontece quando elas estão vinculadas a territórios localizados em áreas que se tornam estratégicas para a realização dos interesses do processo global da urbanização capitalista, sujeitas a receber investimentos de grande porte.

Com relação ao anteriormente colocado, através da reflexão e argumentação realizadas por Rolnik (2015) acerca da colonização da terra e da moradia na cidade na era das finanças, pode-se chegar à conclusão de que, para atender seus propósitos, os interesses hegemônicos estão até mesmo desrespeitando leis urbanísticas instituídas para garantir a manutenção das territorialidades, hoje ameaçadas, das classes subalternas e oprimidas. O que está ocorrendo através de práticas urbanísticas higienistas que estimulam processos de gentrificação do espaço, agravando-se mais ainda em cidades localizadas em regiões de países “subdesenvolvidos” como o Brasil.

Com efeito, a exemplo do que vem acontecendo no território objeto da nossa reflexão, o Coque, não se está mais respeitando nem mesmo leis (como a da institucionalização das Zonas Especiais de Interesse Social – Zeis) e instrumentos urbanísticos (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – Prezeis) socialmente construídos que, desde os anos oitenta do século XX, foram instituídos para garantir o direito das classes subalternas e oprimidas de permanecerem nos seus territórios ocupados e produzidos por elas mesmas no curso da sua história de vida na cidade. As Zeis são, em princípio, “[...] assentamentos habitacionais populares, surgidos espontaneamente a partir de ocupações em áreas públicas e privadas, não dispendo de infraestrutura básica de urbanização e sem ter a sua situação fundiária regularizada”. (CENDHEC, 1997, p.6).

No entanto, cabe reconhecer que, uma vez que o Coque constitui um território historicamente ocupado, produzido e vivido, possuindo significativas territorialidades, ele também pode ser considerado como uma *rugosidade*, ou seja, como um conjunto complexo de “heranças físico-territoriais, mas também [...] heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (SANTOS, 1997, p.36), com potencial para influir no tempo presente a exemplo das suas experiências de mobilização social, valores de solidariedade e autonomia, etc. Como tal, não é e não será fácil apagá-las, sem movimentos de oposição que acontecem hoje, por meio do uso das diversas redes sociais e informacionais disponíveis.

Em face do exposto, o presente artigo pretende, portanto, contribuir para a discussão, recentemente retomada no Brasil, sobre o papel do atual processo de urbanização capitalista que vem ameaçando territórios e territorialidades historicamente conquistados por setores das classes sociais subalternas e oprimidas, a partir de uma experiência que aconteceu em Recife, no âmbito do retorno de maneira mais intensa e célere da postura urbanística higienista norteada pela lógica técnico-instrumental capitalista neoliberal, a qual, por seu turno, insiste em continuar interferindo no processo de produção das nossas cidades como uma empresa.

Materiais e Métodos

Quanto à metodologia dessa reflexão, o grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano-MSEU com a participação de uma equipe interdisciplinar de pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, procura entender as dinâmicas dos movimentos sociais, a geograficidade de suas práticas e o complexo mosaico do espaço, através da promoção de discussões e debates, visando superar a visão técnico-instrumental vigente.

Nessa perspectiva, optou-se pela abordagem relacional mediante a qual a interdisciplinaridade é considerada como caminho fundamental à apreensão, ao entendimento e à explicação do processo de urbanização capitalista como uma totalidade complexa tecida pelas inter-relações entre as dimensões materiais e imateriais da realidade urbana. Ademais,

À la problématique morpho-fonctionnelle, il faut sinon substituer, du moins ajouter une problématique relationnelle dont les résultats, s'il y en a, seront connotatifs de ceux issus de la première. [...] En fait, il n'en est rien puisque la problématique relationnelle aurait dû précéder la problématique morpho-fonctionnelle, elle aurait dû se situer en amont. La géographie humaine s'est constituée, entre autres, sur le principe de différenciation spatiale à partir duquel certains tentent aujourd'hui de construire une axiomatique. (RAFFESTIN, 1980, p. 23)

Essa problemática aproxima-nos de um dos fundamentos do paradigma da complexidade, o qual, segundo Morin (2011), considera que o conhecimento só pode ser socialmente pertinente quando situa seu objeto no contexto e no sistema global do qual faz parte, criando estratégias capazes de separar e religar, analisar e sintetizar, abstrair e rearticular os elementos do concreto em seu movimento permanente em algum sentido.

Além disso, ressalta-se que esse mesmo autor indagou em que medida o paradigma da complexidade pode ser interessante para explicar concepções e ideologias estabelecidas em torno da ideia de progresso, as quais às vezes possuem, segundo nossa visão, aspectos prejudiciais à manutenção do equilíbrio das relações de poder entre sociedade e espaço. Isso acontece quando a ideia de progresso é re-apresentada como uma *fábula* para mascarar a perversidade da lógica inerente à racionalidade instrumental neoliberal do capitalismo.

Complexidade significa que a ideia de progresso, aqui empregada, comporta incerteza, comporta sua negação e sua degradação potencial e, ao mesmo tempo, a luta contra essa degradação. Em outras palavras, há que fazer um progresso na ideia de progresso, que deve deixar de ser noção linear, simples, segura e irreversível para tornar-se complexa e problemática. (MORIN, 2000, pp. 97-98)

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos deste artigo apresentar-se-á a natureza do processo de produção do espaço urbano em Recife; discutir-se-á o processo atual dos movimentos sociais como práticas de conquista do espaço urbano também pelas classes subalternas e oprimidas; colocar-se-á o caso do Coque como um território ameaçado pelos interesses especulativos; e indagar-se-á em que medida as Zeis constituíram efetivamente uma conquista social para as classes subalternas ou se são um mecanismo “disfarçado” das classes hegemônicas para deixar os territórios-Zeis como reserva de terrenos para serem usados em momentos propícios, fazendo valer os interesses voltados, sobretudo, para a acumulação.

Relacionou-se a situação geográfica do Coque no âmbito do processo de produção capitalista do espaço, articulando as suas dimensões local e global, bem como seus níveis intermediários, considerando os embates entre a lógica da racionalidade técnico-instrumental inerente à formação territorial brasileira e às diversas investidas sociais suscitadas a partir do território vivido pelos homens e mulheres com vistas à conquista do seu direito à cidade.

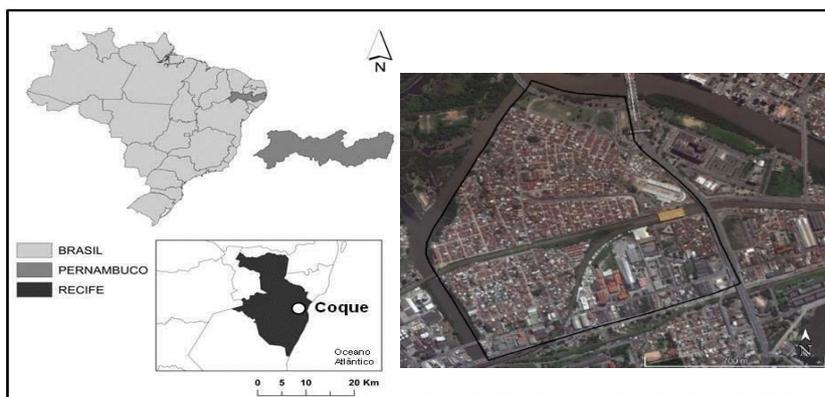
Natureza da produção do espaço urbano em Recife

Antes de tudo, tem-se que levar em conta que a natureza do processo de produção do espaço geográfico no Brasil reside, mormente, na primazia, segundo Castilho (2011), dos interesses econômicos voltados, principalmente, para a acumulação de capital – através da criação permanente de valores econômicos – em detrimento dos interesses voltados à realização plena da vida humana.

No que concerne ao caso do Coque, em Recife (Fig.1), trata-se de um dos territórios cuja territorialidade, historicamente tecida pelos seus moradores, vem sendo, paulatinamente, ameaçada pelos interesses da lógica da racionalidade técnico-instrumental do capitalismo neoliberal próprio da atual “era das finanças”, pela qual se deseja conquistá-lo para produzi-lo de acordo com as

investidas concretas da expansão das ações especulativas – sobretudo no âmbito do CFICF – na área, muito embora este território seja uma Zeis, desde 1983.

Figura 1: Localização da Zeis Coque na cidade do Recife



Fonte da imagem: Google Earth Pro, 2016.

Fonte: arquivo MSEU, 2013.

Este fato acha-se, por sua vez, perfeitamente de acordo com a natureza da formação histórico-territorial do Brasil desde a sua colonização, reforçando, segundo palavras de uma liderança do movimento social *Coque (R)Existe*, a permanência de uma “lógica predatória de construção das cidades brasileiras”. Mas que, ao mesmo tempo, acontece com base em fábulas que prometem o desenvolvimento urbano para todos, muito embora somente as pessoas que possuem as condições materiais adequadas à sua inserção no mercado consigam obter as vantagens econômicas almejadas.

Nota-se que, desde o início da sua formação territorial, que as classes dirigentes em Recife têm ocupado os melhores terrenos do seu espaço. Melhores terrenos em cidades de economia voltada para o exterior – com sítio urbano litorâneo, de baixa altitude e sujeito a alagamentos constantes – significaram, em princípio, aqueles de terra firme e de fácil acesso ao Porto e/ou às suas adjacências.

No curso da história urbana, depois da ocupação de tais terrenos, produzindo seus espaços segundo os interesses do CFICF, as classes dirigentes locais passaram a cobiçar outros terrenos da cidade. Por ironia do destino, estes terrenos referem-se àqueles que, antes por elas mesmas preteridos, foram ocupados e aterrados pelas classes subalternas e oprimidas que não tinham acesso aos melhores terrenos da cidade.

Como em todo o mundo capitalista, as classes dirigentes, sempre, buscam ampliar seus espaços de ação visando expandirem suas possibilidades de gerar riquezas, progressivamente, consolidando o processo permanente de produção dos seus espaços de existência. Daí por que, sob os parâmetros de práticas urbanísticas contínuas baseadas no higienismo, tais classes sociais procuraram apropriar-se dos terrenos aterrados pelas classes subalternas e oprimidas, afastando e/ou expulsando estas últimas, isto é, tentando apagar suas territorialidades.

Desse modo, o higienismo, ao nível do discurso dos governos como promotores do progresso, procurou combater situações de insalubridade presentes no espaço urbano, ultrapassando o âmbito das ações profiláticas e imediatistas. Nesse caso, a insalubridade da cidade significava a presença da pobreza e de tudo o mais que pudesse dificultar a realização dos grandes projetos concretizadores da urbanização capitalista. O seu objetivo maior é

[...] limpar a cidade [...] como a expulsão dos mendigos das pontes e do centro da cidade, a perseguição aos pequenos comerciantes de rua, os protestos contra a degenerescência da moral promovida pelas prostitutas e pelos bandos de desordenados. [...] Outro importante eixo de intervenção dos médicos-higienistas consistiu na morada do pobre, do operário, do vagabundo, ou mesmo a casa operária passaram a ser objeto de controle, a sofrer regulações, perseguições, notificações e de campanhas na imprensa. (MOREIRA, 1992, p. 197)

O higienismo consiste num instrumento de ações implementadas para tornar a cidade mais fluida para o capital, fazendo valer os interesses essenciais da urbanização capitalista, liberando os obstáculos, incluindo nestes obstáculos as classes sociais indesejadas. A história urbana tem mostrado que esse pensar e agir no espaço urbano retorna de maneira mais intensa e célere, cada

vez que o processo de urbanização é reforçado tal como recentemente ocorreu nas cidades brasileiras que se preparavam para sediar os jogos da Copa do Mundo de Futebol 2014 e os Jogos Olímpicos.

A este respeito, vale ressaltar o fato de que, por detrás da realização de tais eventos, há sempre o propósito da parte das classes dirigentes de utilizá-los como pretexto para, através de políticas urbanísticas higienistas, gentrificar áreas que se valorizam no curso da dinâmica territorial capitalista, ameaçando diversos territórios vividos das cidades que são escolhidas para tornarem-se sedes dos grandes espetáculos; propósito que, por outro lado, é mascarado pelo discurso do desenvolvimento urbano.

Fazendo parte da história urbana da cidade capitalista no âmbito da modernidade, em Recife, o higienismo teve seu início ainda na segunda metade do século XVII, quando o interventor português Marquês de Montebello havia implementado uma série de ações visando retirar pessoas indesejadas – os pobres – de áreas da cidade que se valorizavam no curso do processo de urbanização, visando promover a “limpeza” destas áreas.

No início do século XX, esse urbanismo teve a área do Porto do Recife como local primordial do seu acontecer histórico. Isto, com o suporte de ações inspiradas em lições do Barão de Haussmann, visando reforçar a funcionalidade e modernização da área portuária, bem como a reprodução de um espaço que representasse os ideais das classes dirigentes locais que desejavam tecer em Recife um “ambiente europeu” a exemplo do que ocorrera em Paris.

Com efeito, Harvey (2015, p. 346) argumentou que, como “capital da modernidade”, Paris tornou-se o modelo a ser seguido na medida em que conseguiu reverter o seu quadro de “cidade doente” através de um conjunto de medidas profiláticas que tiveram como principal sentido extirpar da cidade o que não interessava à permanente geração de valores econômicos.

‘Ciência higiênica’ e ‘cirurgia’ eram metáforas poderosas e atrativas. Ao abordar as funções metabólicas da cidade – a circulação de ar, água, esgoto – Haussmann tinha como estratégia representacional torná-la um corpo vivo cujas funções vitais precisavam ser purificadas. [...] Mas Haussmann costumava vê-la de maneira fria, como um artefato que podia ser entendido e moldado segundo princípios e técnicas mecânicos e científico-naturais.

Criavam-se, assim, através do uso de metáforas inerentes à medicina, ambientes urbanos que, liberados das suas rugosidades históricas, tornaram-se espaços propícios, preponderantemente, ao engendramento das condições necessárias à geração de riquezas. Em um dos seus tantos trabalhos que também se tornou referência entre nós, auxiliando-nos a entender o processo histórico em que surgiu esta experiência, Foucault (2015) refletiu acerca do papel do olhar clínico no processo de observação e tratamento da realidade social, deslindando sua natureza essencial.

As avenidas Marquês de Olinda, Rio Branco e Alfredo Lisboa, localizadas no bairro histórico chamado Recife Antigo, são exemplos dessa experiência, no início do século XX. Entre o final dos anos trinta e início dos quarenta do século passado, o urbanismo higienista foi ampliado na cidade, sob a batuta do então interventor Agamenon Magalhães.

Isso aconteceu por meio das ações de erradicação dos mocambos (mocambo refere-se a um tipo de habitação popular construída com materiais rústicos pelos próprios moradores), para o que se havia instituído a Liga Social Contra os Mocambos-LSCM. A Avenida Agamenon Magalhães, outro eixo viário criado após a erradicação dos mocambos que ali se encontravam, é uma das vias mediante a qual se tem acesso ao território Coque.

Posteriormente, durante os anos quarenta e setenta também do século passado, outras experiências pontuais foram realizadas na área central histórica da cidade, abrindo largas avenidas e destruindo territórios ocupados, principalmente, pelas classes subalternas. As avenidas Guararapes e Dantas Barreto são, respectivamente, dois exemplos deste acontecimento no período.

A busca da realização da acumulação de capital a todo custo sempre representou de fato a natureza do processo de urbanização capitalista, o que se tornou ainda mais perverso no Brasil em função, tal como já se disse, da lógica da sua formação territorial. Tanto é que, até o começo dos anos oitenta do século XX, as classes subalternas e oprimidas ainda não tinham direito legal de permanecerem nos seus territórios historicamente construídos no curso da sua existência na cidade.

Por outro lado, como o processo de produção capitalista do espaço urbano é contraditório e conflituoso, ele sempre traz em si suas próprias condições para a mudança.

‘Os trabalhadores começam a sentir que eles constituem uma classe na sua totalidade; eles tomam consciência de que, se isoladamente são fracos, representam todos juntos uma força; [...] a

consciência que eles têm de serem oprimidos se lhes impõe; os trabalhadores adquirem assim uma importância social e política. As grandes cidades são a sede do movimento operário; é aí que os operários começam a refletir sobre sua situação e a sua luta; é aí que se manifesta primeiro a oposição entre proletariado e burguesia?... (LEFEBVRE, 1999b, p. 27)

Esta tomada de consciência varia segundo especificidades históricas inerentes a cada território vivido. Contudo, mesmo não se tratando de um movimento operário baseado na concepção simplista de luta entre burguesia e proletariado, a experiência tomada como exemplo neste texto refere-se à conquista de um movimento social urbano que, baseado em um território produzido pelos seus próprios moradores sem nenhum apoio institucional, tem buscado a conquista dos direitos sociais “prometidos pela modernidade” e não cumpridos.

Se é necessário hoje retomar e ampliar o pensamento dos grandes utopistas [...], não é porque eles sonharam o impossível, é porque esta sociedade traz ainda e sempre, nela, sua utopia: a possível/impossível, o possível que ela torna impossível, últimas contradições, geradoras de situações revolucionárias que coincidem mais com aquelas que anunciou Marx; tanto que não é mais suficiente para resolvê-las, um crescimento organizado (planejado) das forças produtivas! (LEFEBVRE, 1999b, p. 180)

Somente assim, e movidos por uma racionalidade diferente da predominante, é que se poderá ousar em termos de movimentos sociais capazes de, efetivamente, conquistar direitos no sentido de produzir espaços urbanos em que justiça social e qualidade de vida constituam valores de todas e todos, concretizando suas possibilidades de *ser mais*.

Conquista do direito ao espaço, território-Zeis e Prezeis

Buscando o acesso – ao mesmo tempo quantitativo e qualitativo – ao conjunto dos direitos fundamentais para a garantia da vida na cidade (HARVEY, 2004), também diversos moradores pertencentes às classes subalternas e oprimidas, nas cidades brasileiras, organizam-se e mobilizam-se para mudar suas condições precárias de existência.

Este processo de organização e mobilização social, a partir dos seus territórios vividos, e reforçados pelas suas territorialidades, pode ser viabilizado a partir da produção da cidade na perspectiva da conquista, primeiramente, do espaço do cidadão, pelo qual

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. [...] Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende [...] do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição da sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. (SANTOS, 1987, p. 81)

O processo de tomada de consciência acerca da relevância do que se acabou de citar na vida, principalmente das pessoas pobres, por exemplo, levou as classes subalternas e oprimidas a buscarem prover seus territórios com o conjunto dos bens e serviços fundamentais à completude da sua cidadania, o que Santos (1987) colocou como direito ao entorno, antes mesmo do direito à cidade.

Graças, notadamente, à visibilidade dos movimentos sociais urbanos que saíam do seu estado de *latência*, justamente a partir do final dos anos setenta – quando da distensão e abertura política do período da ditadura militar – e início dos anos oitenta com o processo da transição democrática, as classes subalternas e oprimidas foram reconquistando seus direitos a partir da retomada do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU).

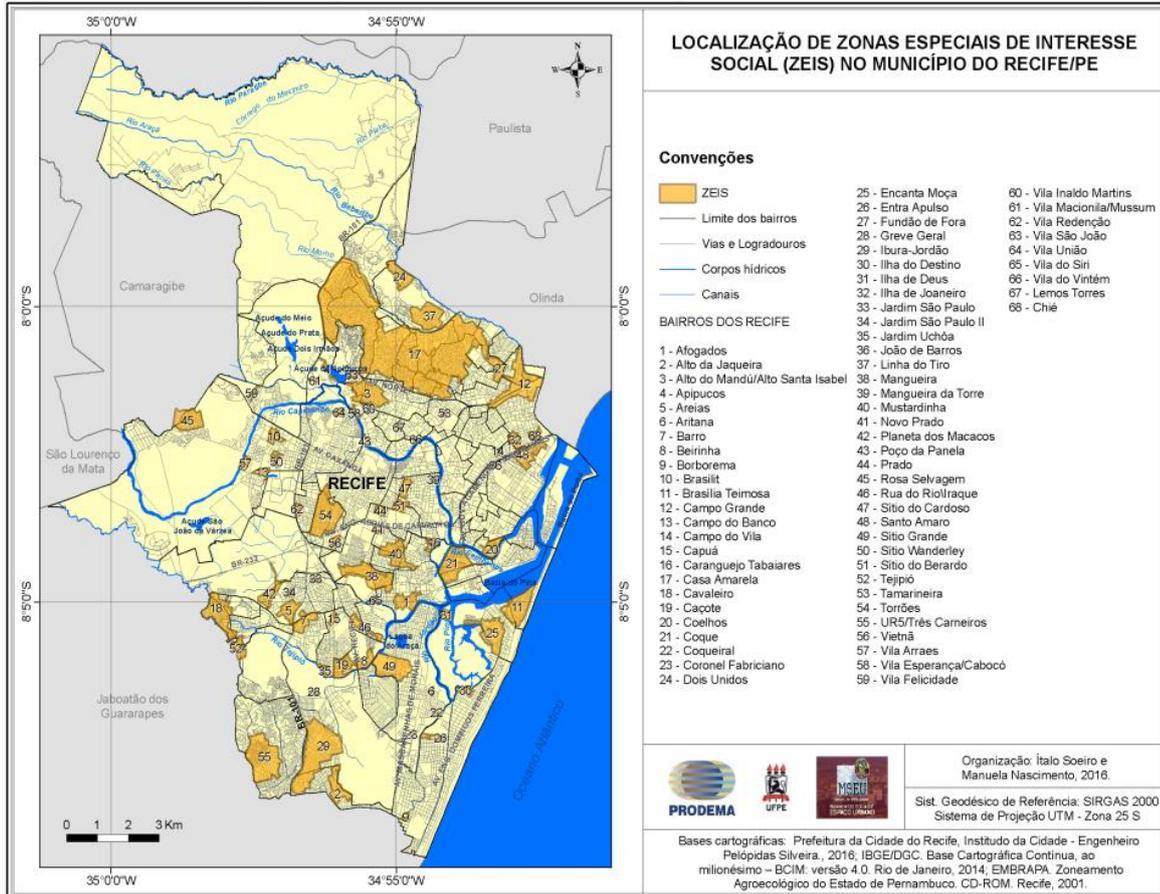
O MNRU, que teve início nos anos cinquenta e sessenta do século XX, alicerçava-se em princípios de democratização da gestão da cidade com a criação de canais de participação, voltando-se notadamente para a defesa do redirecionamento das políticas públicas para as populações historicamente mais espoliadas socioeconomicamente, ressaltando a importância da função social da propriedade da terra. Tratava-se enfim do esboço do que se passou a defender, posteriormente, de maneira mais incisiva, como direito à moradia na cidade.

Desses fatores inerentes ao processo de lutas sociais na cidade, engendraram-se conquistas sociais dentre as quais se cita: inclusão das Zeis na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1983; institucionalização do Prezeis, que se ocuparia da regularização da posse dos terrenos e dos processos de urbanização dos territórios-Zeis; inclusão de dois artigos – 182 e 183 – na Constituição da República Federativa Brasileira (CRFB) promulgada em 1988, que regulamentaram as

experiências anteriores dos movimentos sociais em Recife; e maior influência da sociedade nos processos da gestão urbana.

Graças ao conjunto dos referidos instrumentos legais e urbanísticos socialmente conquistados, não se poderia mais expulsar as classes subalternas dos seus territórios historicamente produzidos, tal como se fazia antes. Mesmo que grande parte do território-Zeis (Fig. 2) se achasse situada em terrenos muito valorizados. Por este motivo, trata-se de terrenos bastante cobiçados pelos interesses inerentes ao CFICF vinculado às classes dirigentes.

Figura 2: Distribuição Espacial das ZEIS no Município do Recife/Brasil.



Nota: cada um dos polígonos que representa uma Zeis acha-se localizado em meio a extensas áreas pobres que nunca deixaram de fazer parte da estrutura urbana da cidade.

Em 2001, instituiu-se, através da Lei Federal nº 10.257/01, o Estatuto da Cidade (EC), que regulamentou os artigos 182 e 183 da CRFB, reforçando o estabelecimento de mecanismos para a conquista do espaço do cidadão, condição fundamental para que as pessoas pudessem atingir o *direito à cidade*. Com o EC, ter-se-ia que reforçar a gestão democrática, a função social da propriedade e o direito à moradia, garantindo: urbanização e legalização dos assentamentos urbanos; combate à especulação imobiliária; distribuição mais justa dos serviços públicos no espaço; recuperação da cidade para a coletividade limitando a avidez da especulação do CFICF; soluções planejadas e articuladas para os problemas das cidades; a participação da população na formulação e execução das políticas públicas (Estatuto da Cidade, s/d).

Por outro lado, na medida em que, na prática, esse avanço institucional não se concretizou tal como se devia no âmbito do vivido, tais conquistas representaram concessões para as classes subalternas e oprimidas, com o propósito de manter a lógica dominante da gigantesca operação relativa ao processo de produção do espaço urbano, calcando-se na urbanização capitalista norteada pela lógica da racionalidade técnico-instrumental neoliberal.

O urbanismo encobre essa gigantesca operação. Ele dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc. Essa estratégia oprime o 'usuário', o 'participante', o simples 'habitante'. (LEFEBVRE, 1999b, p.143)

futuro Polo Jurídico; e em 2012, ocorreu o alargamento da Estação Joana Bezerra e do viaduto Capitão Temudo, que passa pelas suas proximidades.

Em 2013, moradores do Canal Ibiaporã, o qual se situa no interior do território em epígrafe, receberam, sob o que se pode chamar de “pressão psicológica”, ordens de despejo em troca de indenizações irrisórias, ferindo o seu *direito à moradia* e passando por cima de leis e decisões públicas tomadas anteriormente. A este respeito, ressalta-se que a Prefeitura do Recife já havia aprovado, no Orçamento Participativo (OP) de 2002, a pavimentação e drenagem da rua que margeia o referido canal, bem como a construção de um Conjunto Habitacional para as famílias que estavam vivendo praticamente em cima do canal sob as condições mais precárias de saúde. Porém, a atual gestão urbana do Recife não considerou essas conquistas quando encaminhou as ordens de despejo, estimulando os moradores em questão a procurarem alternativas para não saírem da área: voltaram a morar em palafitas levantadas às margens do rio.

Se por um lado essa postura governamental a qual, no Brasil, vem acontecendo em todas as grandes cidades – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, etc. – aparece-nos como um conjunto de ações fragmentadas e desarticuladas umas das outras; por outro lado, elas se tratam de um conjunto de ações que obedecem à lógica única dos interesses especulativos alienantes e, portanto, alheios às pessoas do território, desrespeitando-as. E isso, através de posturas, novamente, profiláticas visando extirpar as pessoas dos seus territórios sem considerá-las como partes da cidade existente.

Muitos moradores têm conseguido manter certa unidade em termos de interesses comuns, apesar das adversidades enfrentadas para conseguirem mobilizar mais moradores, conseguindo reunir-se para participarem das assembleias e dos protestos contra a postura autoritária dos governos. Eles realizaram assembleias para discutir as ameaças externas pela implementação dos grandes projetos “empresariais” para o Coque, assim como estratégias coletivas para responderem às ameaças ao seu território. Das assembleias participam, numa perspectiva de articulação em rede social, pessoal de universidades, Organizações não Governamentais (ONG), etc., reforçando a luta social no/a partir do território-Coque. (Fig. 4)

Figura 4: Território-ZEIS Coque



Fonte: Arquivo do Grupo MSEU. Nota: a) situação do Canal Ibiaporã; b) assembleia realizada no mês de setembro do ano de 2013 antes das remoções.

Vale a pena ressaltar, ainda, que, seguindo parâmetros atuais dos movimentos sociais no mundo, mas ao mesmo tempo mantendo especificidades territoriais locais, os movimentos sociais urbanos no Brasil continuam possuindo como

[...] verdadeiro objetivo [...] aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tornar suas próprias decisões em relação à classe política. [...] A derradeira batalha pela mudança social é decidida na mente das pessoas, e nesse sentido os movimentos sociais em rede têm feito grande progresso no plano internacional. (CASTELLS, 2013, p. 173)

Conforme o caso específico ora abordado, que foi experienciado pelo MSEU, os movimentos sociais, como os que ocorrem no e a partir do Coque (R)Existe, buscam, também através do uso de novas tecnologias informacionais, atualizar suas táticas – e estratégias! – de mobilização, mantendo seu papel, segundo Castells (2013), de produtores de novos valores, construindo outras alternativas de espaço público e criando comunidades livres no espaço.

Em suas assembleias, são reforçadas as experiências dos movimentos sociais na cidade e no Coque. Isso no sentido de mantê-los unidos e mobilizados até conseguirem fazer valer seus interesses e valores, mostrando que eles possuem um “lugar forte” em permanente processo de formação. Ressalta-se que, para Santos (1997, p. 256), engendrando-se da proximidade geográfica como contiguidade física entre pessoas capazes de criar solidariedades, laços culturais e identidade, lugar forte refere-se a

[...] um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. [...] O lugar é o quadro de referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Mas, tal criatividade só pode ser a florada com base na escala local, visto que é neste nível do cotidiano que estão os territórios/territorialidades das classes sociais subalternas e oprimidas, as quais constituem aquelas que criticam e se mobilizam contra o processo homogeneizador dos interesses globais do sistema capitalista. É aí onde estão os pobres, os quais, se de um lado constituem, pela sua própria presença no espaço urbano brasileiro, “obstáculo à difusão dos capitais novos” (SANTOS, 1997, p. 259); por outro, sua presença

[...] aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. Com isso, aliás, tanto se ampliam a necessidade e as formas da divisão do trabalho, como as possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação. É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro.

Foi no curso dos anos 1980 que, saindo novamente do seu estado de *latência*, os movimentos sociais com base em suas especificidades territoriais locais – em torno do Coque – voltaram a “atrapalhar” a realização de dois projetos ligados aos interesses vinculados à racionalidade técnico-instrumental do capitalismo neoliberal na busca de ampliar o espaço voltado preponderantemente à geração de valores econômicos: o da instalação de um estacionamento de grande dimensão para evitar que os automóveis particulares se dirigissem até à área central histórica da cidade; e o da construção de um *shopping Center* na área.

Mesmo que as propostas de tais projetos tenham chegado até aos moradores do Coque, mascaradas pelas conhecidas fábulas baseadas em promessas de geração de empregos e rendas para eles, as obras não foram executadas. Isso, sobretudo, porque naquele momento a maior parte dos moradores do Coque percebeu que a garantia da sua permanência naquele espaço, isto é, do seu território, era muito mais importante do que uma fábula débil e incerta.

Todavia, mesmo que tendo que recuarem em algum momento no tempo, as classes dirigentes nunca desistem e sempre retornam com as mesmas propostas, mascaradas de novas propostas, envoltas na fábula do progresso/desenvolvimento, até conseguirem saciar sua permanente sede de expansão territorial. É o que acontece ainda hoje, visto que o seu projeto de cidade continua o mesmo, isto é, calcando-se no higienismo funcional de outrora, e o pior, facilitado pelo Estado, que deveria primar pelo Bem Comum.

Ressalta-se que, em 2010, havia sido formalizada uma proposta de instalação de um Polo Jurídico na Ilha Joana Bezerra, o que também incluiria área do território Coque, cuja intencionalidade continuou sendo a “limpeza” da área com a retirada das territorialidades historicamente construída pelos moradores pobres locais. Disso, estabeleceu-se o projeto de Lei nº 17645/10 de iniciativa da Prefeitura do Recife, segundo o qual se aprovaria o plano da Operação Urbana Consorciada Joana Bezerra, com o que se autorizaria a implementação de ações de desapropriação, desafetação de vias públicas no perímetro de intervenção, definição de novos parâmetros construtivos permitindo a verticalização na área, etc. Só que, novamente, o movimento social local – desta vez liderado pelo ativismo do Coque (R)Existe – conseguiu mobilizar-se – fazendo muito barulho – a fim de intervir nos planos da Operação, impondo novos contornos e arranjos ao processo de produção do espaço urbano local.

Ainda em 2013, o mesmo movimento conseguiu impedir a construção da sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público (MP), duas obras que reforçariam a intenção, da parte dos interesses hegemônicos local, referente à implantação do já citado Polo Jurídico na área. Isso notadamente porque, em vez da geração de empregos e rendas, os moradores do Coque

perceberam que haveria mais desapropriações e, conseqüentemente, perda de mais porções do seu território para os interesses especulativos.

Na verdade, os movimentos sociais urbanos não se opõem aos processos de organização espacial baseada na instalação dos chamados Polos Terciários (Jurídico, Médico-Hospitalar, etc.) *per se*, uma vez que seus participantes sabem que tais empreendimentos possuem sim capacidade para gerar empregos e rendas, inserindo mais pessoas nos mercados de trabalho e consumo. Mas, com toda razão, eles atuam contra o significado de mais esta técnica de organização espacial para seus territórios, entrevendo que eles perdem muito mais permitindo a concretização do referido projeto urbanístico com base em sua remoção para outras áreas da cidade e sem terem garantias concretas para a sua inclusão social.

Houve oposição contra a retirada, sem diálogo, das famílias que moravam às margens de trechos do canal Ibiporã, tanto que, segundo lideranças locais do movimento Coque (R)Existe, as indenizações tiveram aumentos significativos. No entanto, em meados de 2015, a construção do canal Ibiporã saiu do papel (Figura 5); o que nos leva a reconhecer que, pelo menos neste caso em particular, o processo de mobilização social local não tenha sido eficaz para viabilizar a conquista do direito a permanecer no seu território, sobretudo em função da força do conjunto das adversidades ao movimento atreladas à fragmentação do movimento.

Figura 5: Processo de construção do canal Ibiporã em maio de 2016.



Fonte: Arquivo do Grupo MSEU.

Tem-se visto que, no momento em que moradores do Coque – como de qualquer outro território ameaçado da cidade – percebem que a lógica hegemônica vigente de produção do espaço urbano ameaça o seu território, eles, também, retomam seus processos de organização e mobilização para resistirem, fortalecendo-se enquanto movimento social na cidade. Porém, às vezes, não se tem o tempo necessário para a remobilização, sobretudo quando os interesses alienígenas e alienantes reaparecem de maneira assaz célere e intensa. De qualquer maneira,

[...] a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. [...] E nesta, o próprio meio ambiente construído frequentemente constitui um obstáculo à difusão dos capitais novos. [...] Palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos, ela pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias [...]. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. [...] É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro. (SANTOS, 1997, pp. 258-59)

Diante do exposto, os moradores do território Coque estão buscando encontrar esse caminho com sua arma mais forte, isto é, com a sua capacidade de (r)existência. Sobretudo, quando percebem que não fazem parte do propósito global do atual projeto de cidade em vigência no mundo inteiro. Contudo, o que mais nos intriga é que o Coque, como se viu, é uma Zeis, isto é, um território cuja posse da terra já deveria ter sido legalizada há décadas, e toda a área já deveria ter sido urbanizada.

Indaga-se por que será, então, que a completude de tais conquistas essenciais à vida dos pobres com dignidade na cidade não aconteceu até o momento atual, a ponto dos moradores ainda se sentirem ameaçados e inseguros diante da permanência de tantas adversidades? O que, na verdade, impede a concretização do direito à cidade.

Considerações finais

Reitera-se que, como todo processo social, a urbanização – higienista gentrificadora – também não acontece igualmente em todos os lugares. Daí por que os embates entre os interesses especulativos do CFICF e os da realização plena da vida humana nas cidades brasileiras – e nas de outros países ditos “subdesenvolvidos industrializados”, “emergentes”, etc. – ainda apresentam fortes dificuldades no que tange à sua superação.

Constatou-se que, se por um lado, como ocorreu em outras cidades do Brasil, a Prefeitura do Recife, em razão das pressões sociais dos moradores do Coque, concedeu o status de Zeis ao seu território; por outro, esse espaço foi, progressivamente, perdendo áreas para instituições vinculadas aos interesses imobiliários e financeiros da cidade.

Este território ainda não se reduziu mais, conseguiu manter a sua territorialidade, porque algumas vezes o movimento social ultrapassou seu estado de *latência*, tornando-se visível e ativo, na busca de fazer oposição contra as diversas tentativas externas de apropriação territorial da parte das classes sociais dirigentes locais que cobiçavam porções da sua área para a fixação dos objetos espaciais garantidores dos seus interesses econômicos.

Desse modo, levanta-se a hipótese de que, talvez, a Zeis tenha funcionado como um instrumento urbanístico estratégico dos poderes hegemônicos para atenuar tensões sociais do ambiente urbano dos anos oitenta do século passado, ganhando tempo na medida em que esses territórios ficaram como que uma reserva de terras para serem utilizadas em momentos de crescimento econômico como o que tem ocorrido recentemente. Isso porque, jamais as classes dirigentes desistem de afastar os pobres do seu caminho, muito embora não tenham contado, tal como ocorrera na transformação de Paris, com o fato de que

[...] embora os pobres não se ressentissem com a riqueza como tal, sua própria condição periclitante, unida à crescente afluência dos ricos, certamente representava uma ameaça à segurança da classe mais abastada. Além disso, essa ameaça tinha uma expressão geopolítica”. (HARVEY, 2015, p. 374)

Quando se evidencia que muitas Zeis como o Coque existem desde 1983 e que ainda apresentam os mesmos problemas em termos de infraestrutura urbana e oferta de serviços sociais públicos que se manifestavam naquele período – precariedade na infraestrutura urbana, irregularidade quanto à posse do terreno, condições precárias de existência, etc. –, não obstante os protestos sociais ocorridos para solucioná-los, chega-se à conclusão de que, na verdade, não se desejava completar a promessa da inclusão social dos pobres.

Diante do que se acabou de argumentar, crê-se que a manutenção do quadro precário de referências em tais territórios e o “esvaziamento” do fórum do Prezeis acontecem como algo de propósito, justamente para desestabilizar o sentimento de pertencimento inerente a todo processo de construção histórica dos territórios vividos pelas classes subalternas e oprimidas.

Basta uma conversa informal com um morador para que ele revele o quanto muitas das atuais lideranças do Prezeis mantêm-se afastadas dos problemas locais que permaneceram no tempo, reaparecendo somente em períodos de eleição. A maioria dos moradores sequer sabe o que são Zeis e Prezeis, fato que corrobora a ausência de vínculos entre o povo e estas duas instituições que representam resultados efetivos dos movimentos sociais em Recife. Ocorre também, para quem já teve contato com o Prezeis, verdadeira aversão a certas lideranças deste fórum, alegando que as lideranças tornaram-se “pelegas” e passaram a preocuparem-se mais com seus projetos individuais do que com os coletivos do território.

O conjunto de problemas acima exposto deixou tais territórios em uma situação de insegurança e vulnerabilidade com relação aos imperativos dos interesses do CFICF. Com efeito, atualmente, os territórios em epígrafe – não somente o do Coque – têm sido cobiçados pelos interesses imobiliários e financeiros da cidade, principalmente porque o espaço urbano local tornou-se pequeno para tanta cobiça. Do ponto de vista da localização geográfica, o Coque está rodeado por espaços cujo metro quadrado encontra-se entre os mais caros em Recife, tais como os que se acham nos bairros Ilha do Leite e Ilha Joana Bezerra.

Em assim sendo, a Zeis constitui uma conquista social, mas, concomitantemente, uma estratégia de reserva de terrenos para fazer valer os imperativos do CFICF, situando-se no âmbito de um permanente embate entre os interesses da lógica técnico-instrumental do capitalismo neoliberal e a dos interesses da realização plena da vida humana. Faz-se necessário que os territórios das classes subalternas e oprimidas tornem-se lugares efetivamente fortes, a fim de influir na construção de uma gestão urbana capaz de considerar a cidade, ao mesmo tempo em teoria e prática,

como uma totalidade complexa para todas e todos. Para o que, aliás, os poderes instituídos devem aproximar-se efetivamente das classes subalternas e oprimidas, a fim de que, no curso do tempo, tenha-se condições de contemplar as necessidades e os desejos de todas as pessoas.

Nota-se que experiências de movimentos sociais que acontecem, simultaneamente, na escala “do bairro” e “para além do bairro”, tal como colocado por Souza (2006), utilizando-se dos novos meios informacionais (internet, facebook, twitter, etc.) e dos meios tradicionais (assembleias, mobilizações no espaço, ocupação de espaços com os próprios corpos, etc.) de mobilização social, tornam-se fundamentais para a construção do espaço do cidadão.

Isso lhe garantiu avanços significativos em termos de reforço dos valores de solidariedade, autonomia e construção de espaço efetivamente público, recuperando a república perdida. Mas, ao mesmo tempo, há problemas internos à própria lógica de organização e mobilização que impedem que se dê saltos significativos à construção de algo efetivamente diferente, retornando ao impasse histórico dos movimentos sociais.

De qualquer modo, reforça-se a necessidade permanente de utilização do conjunto de meios presentes no território em que as pessoas vivem e a partir do qual elas se organizam e se mobilizam, reaproximando-se geograficamente visando ao fortalecimento do seu território vivido; o que nos remete a uma perspectiva contínua, no tempo e no espaço, de luta social pela conquista do espaço do cidadão, com a qual as pessoas pobres também poderão *ser mais*.

Além disso, a pluralidade da cidade faz com que existam territórios de fato vividos e que a democracia do espaço se manifeste no direito de morar, de ir e vir, no acesso não só às mínimas condições de vida, mas também à dignidade e com autonomia para construir sua própria história e em conjunto, não permitindo retrocesso no âmbito das suas conquistas. Somente assim é que se conseguirá retomar a senda na direção do desenvolvimento regional.

Agradecimentos:

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, pela bolsa de produtividade em pesquisa concedida ao Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho; bem como à Fundação de Amparo à Ciência e à Tecnologia do Estado de Pernambuco-FACEPE, pela bolsa de Mestrado concedida à estudante Milena Barros Gomes e pela bolsa de Doutorado concedida à estudante Diana Carolina Gómez Bautista.

Referências

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Processo de produção desigual do espaço urbano**: Recife - impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “cidade à realização plena da vida humana” Acta Geográfica, Boa Vista, 5,95-113, 2011.

CENDHEC. **PREZEIS Plano de regularização das Zonas especiais de interesse social**. Manual para lideranças. Recife: Fase/NE, 1997.

COQUE VIVE. **Coque vive notícias**. Educação para as mídias. Recife: UFPE, 2008.

ESTATUTO DA CIDADE. **Conhecendo o Estatuto da Cidade**. Fase/Forum Nacional de Reforma Urbana/Caixa Econômica Federal, s/d.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (1980, primeira edição)

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **The enigma of capital and the crisis of capitalismo**. London: Profile books, 2010.

_____. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Higienismo enquanto prática urbanística: o exemplo do Recife no início do século**. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.8, n. 2, pp. 185-205, jul./dez, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999a.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999b.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **La sfida della complexità/Le défi de la complexité**. Firenze: Le Lettere, 2011.

PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro:Record, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Litec, 1980.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo:Edusp, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.